

Explodindo antigas ontologias da deficiência

Adriana Dias [1]

Diniz, Debora. *O que é deficiência*. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2007. 96 p. (Coleção Primeiros Passos).

Nutro afeto intelectual e gratidão acadêmica pela obra *O que é deficiência*, escrita pela antropóloga Debora Diniz para a Coleção Primeiros Passos da editora Brasiliense, publicada em 2007. Sensação que passa pela coroação que sempre foi (e espero sempre será) a amizade da autora em minha própria trajetória. Pensando na provocação de Diniz, entendo o trabalho como um convite à uma virada ontológica da deficiência. Ou, nas palavras de Arryanne Queiroz (2007, p. 827), trata-se de “uma provocação à compreensão biomédica da deficiência como desvantagem biológica”.

Como mulher com deficiência, pertencço à denominada “maior minoria do mundo”, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Uma minoria que sempre foi categorizada, sistematizada, oprimida para encaixar-se nos modos de pensá-la que a humilhavam e segregavam. Diniz problematiza a questão dos poderes biopolíticos, em especial dos modelos médicos que abordam a deficiência como lesão. Trata-se de um debate incinerador dos movimentos das pessoas com deficiência a partir da década de 1970, e que nos oferece a intrigante jornada de transformações conceituais que as humanidades podem exercer sobre um conceito

que anteriormente “pertencia” aos campos de estudo de saúde mais pragmáticos.

Com sua habilidade técnica, Diniz nos revela uma descoberta: “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente” (p. 10-11). As barreiras estão no social, na formação histórica como o corpo deficiente é visto, em como a deficiência é vista. E valendo-se de Jorge Luís Borges, escritor argentino cego, ela lembra: “...ser cego é apenas uma das muitas formas corporais de estar no mundo...” (p. 2-3). Compreender/Atentar/Apreender a cegueira como modo de vida, como uma das possibilidades da diversidade humana, rompe o aprisionamento, estoura a análise, torna a deficiência “boa para pensar”. Afinal, quando um grupo social apreende a deficiência à sua maneira, elabora também a relação entre corpo e mundo, assim como sobre o que nos faz pessoas humanas, mais completas ou incompletas.

O livro trata de temas importantes: modelo social da deficiência; os estudos sobre deficiência; a revisão do modelo médico; e deficiência, feminismo e cuidado. Diniz se apoia mais nos fundadores do movimento social do Reino Unido[2], que emerge de uma proposta de intelectuais das Ciências Sociais, muitos deles de linha marxista e muito influenciada por aspectos linguísticos e sociológicos, olhando por todos os modos pensáveis a questão da opressão. Ela conta como Paul Hunt, sociólogo com deficiência física, foi um dos precursores do modelo social da deficiência no Reino Unido e o impacto que sua carta ao *The Guardian*, em 20 de setembro de 1972, provocou na comunidade dos intelectuais com deficiência.

Diniz reproduz a carta na página 7:

Senhor Editor, as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, em que suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. Atenciosamente, Paul Hunt.

Hunt recebeu inúmeras respostas. E a partir desses contatos, se formou a UPIAS, Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação. Michael Oliver, Paul Abberley e Vic Finkelstein foram os fundadores ao lado de Hunt. Esses incríveis autores da deficiência se reuniram e passaram a produzir conteúdo das pessoas com deficiência para pessoas com deficiência. Marxistas históricos, os fundadores começaram a discutir a necessidade de separar natureza e cultura no trato do termo da deficiência. Diferenciar natureza de sociedade ao lidar com a questão da deficiência era discutir o que a lesão representava, e que a opressão determinada pela narrativa, fatos sociais e sistematizações excludentes. Era necessário quebrar o cânone médico que essencializava a lesão e aproximar a luta das pessoas com deficiência de outras como a luta contra o racismo, o machismo. Afinal, raça e gênero tinham muito a ensinar sobre diferenças e marcas corporais.

Prosseguindo, Diniz oferece a história da Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap (ICIDH), um dos textos que pertence à “A Família de Classificações Internacionais” da OMS (WHO Family of International Classifications - WHO-FIC). A tarefa desses documentos é promover a seleção

apropriada e similar de classificações em vários campos da saúde em todo o mundo. A ICIDH desejava retirar o poder de classificar a deficiência do centro do poder médico, e oferecer uma alternativa ao CID, que se detinha na doença que causava a lesão. Mas, ainda continha muitos termos inadequados. A ICIDH foi readaptada, posteriormente para o CIF. Muitas críticas ao modelo apresentado ao documento anterior vieram de intelectuais feministas, que além de se deterem nesse tema, discutiram de forma particularmente importante a questão do cuidado.

Diniz aponta como a perspectiva de gênero conseguiu assinalar o paradoxo das grandes questões da primeira geração do modelo social: em especial o fato de por um lado, o modelo criticar o capitalismo e a tipificação do sujeito produtivo como não deficiente; mas, por outro, manter o foco da luta, ainda assim, no incorporar o mesmo capitalismo na luta política. Essa questão era absolutamente fundamental: apenas a crítica do modelo feminista soube delinear como o movimento até então desejava retirar as barreiras e admitir a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, reproduzindo a lógica de opressão do sistema de trabalho. Diniz observa como essa contradição contrariava a própria crítica do modelo de produção delineada pelo modelo social da deficiência, então proposto pelos ativistas ingleses: ainda não se despertara para a necessidade de criticar profundamente a relação de produção, de pensar o cuidado inclusive como uma maneira de transformar essa relação.

As ideias expressas pela autora sobre as cuidadoras das pessoas com deficiência, outro elemento do questionamento do movimento

feminista ao modelo social sempre me remeteram a uma necessidade de pensar a deficiência de uma forma mais estendida, mais ampla, menos cercada de dualidades.

Diniz, em sua análise do campo dos pensadores da deficiência, se debruça sobre a disputa de legitimidade para conceituar o próprio sentido de deficiência: enquanto noções como natureza e cultura foram instrumentalizadas por poderes biopolíticos (atores sociais do campo de saúde, médicos, e poderes estatais), para deter o sentido de deficiência no conceito de lesão; o novo grupo de pensadores passa a argumentar como a deficiência deveria ser debatida: não mais como lesão, mas levando em consideração toda forma de opressão exercida sobre o corpo deficiente. A deficiência se revelaria, portanto, fruto dessa opressão, histórica, social econômica, simbólica, narrativa.

Por fim, recorro a importância do pensamento feminista para pensar a deficiência, expressa pela própria Diniz (2003, p. 1) em *Modelo social da deficiência: a crítica feminista*:

1. porque os estudos sobre deficiência partem do mesmo pressuposto político e teórico do feminismo - o de que a desigualdade e a opressão contra grupos vulneráveis devem ser combatidos - e 2. porque o início da estruturação dos estudos sobre deficiência pautou-se largamente no modelo analítico dos estudos de gênero que supunham a diferenciação entre sexo (natureza) e gênero (social), o que, no campo da deficiência, passou a ser compreendido como a diferença entre lesão (natureza) e deficiência (social).

Nessa oposição entre natureza/cultura[3], se revelaria a opressão em sua cruelíssima

face: se pensamos a cultura dessa forma, a naturalização da segregação das pessoas com deficiência não seria vista como opressiva, mas como uma forma da sociedade se organizar. O avanço da percepção de Lévi-Strauss e a obra de Eduardo Viveiros de Castro explodiram essa ideia dogmática: grupos sociais diversos lidam de modo diverso com a questão natureza e cultura[4]. Então, foi a sociedade colonial, capitalista e liberal, de concepção autoritária e individualista que escolheu por oprimir nossos corpos. Não são nossas lesões, os “fatos naturais” que são a causa de nossa deficiência, mas o tipo de sociedade que nos leu como seres a oprimir, na constituição de sua narrativa sobre nós.

Enfim, a obra de Debora Diniz e sua pessoa sempre foram marcantes em minha vida e escrita. Foi com ela que dividi, antes de qualquer pessoa, que

[...] a noção de pessoa individual é o ponto. Consolida-se na unicidade em si. A pessoa espectral é grafo. Representa-se pelas relações. Conectividade e relações são o fundamento de sua constituição, de sua percepção de si, do outro, do mundo. Pessoas-grafo têm múltiplos registros de si, não uma “identidade fixa”, e se estendem nas relações com o outro. [...] As pessoas com deficiência são o melhor exemplo de pessoas-grafo, espectrais, pois desde muito cedo apreendem a continuar sua pessoa, seu corpo, sua existência, não apenas em outras pessoas e relações, mas também em tecnologias, substâncias, espaços, dispositivos (DIAS, 2018, p. 290).

Foi Debora Diniz que me ensinou que a teoria da deficiência questionou a relação dogmática entre natureza e cultura, foi ela que me lembrou que a crítica feminista permitiu que o modelo social se pensasse em suas

contradições. *O que é deficiência* é um livro para todos os estudantes e pesquisadores que desejem pensar de modo novo e agregando temas desafiantes, sejam em termos de pesquisa ou de teoria. As humanidades e as ciências precisam ser ocupadas pela deficiência. O livro de Diniz é a melhor entrada para uma pesquisa com deficiência, como apenas uma grande mestra poderia escrever.

Referências

DIAS, Adriana. Observando o Ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. Tese de Doutorado. IFCH - UNICAMP, 2018.

DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: <[http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf)>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* [online]. 1996, vol.2, n.2 [cited 2020-12-10], pp.115-144. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1678-4944. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana* [online]. 2002, vol.8, n.1 [cited 2020-12-10], pp.113-148. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1678-4944. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Lévi-Strauss por Eduardo Viveiros de Castro. *Estud.av.* [online]. 2009, vol.23, n.67 [cited 2020-12-10], pp.193-202. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300023&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000300023>.

QUEIROZ, Arryanne. Deficiência, saúde pública e justiça social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007.

Recebido em 02/11/2020

Aceito em 30/11/2020

[1] Doutora em Antropologia Social (IFCH/Unicamp). E-mail: dias.adriana@gmail.com

[2] Reino Unido e EUA tiveram movimentos sociais e intelectuais com propostas um tanto quanto diversas. Nos EUA o movimento absolveu mais o culturalismo que o marxismo expresso nos intelectuais do movimento do Reino Unido.

[3] Lembrando que Claude Lévi-Strauss dita ainda como naturais e dogmáticas em *As estruturas elementares do parentesco*: “[...] as leis do pensamento são as mesmas que se exprimem na realidade física e na realidade social, não sendo esta última outra coisa que um dos seus aspectos” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 493).

[4] Sobre o tema, a obra de Eduardo Viveiros de Castro é prodigiosa. Cito os artigos: *O Nativo relativo* (2002) e *Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio* (1996), além da excelente entrevista *Claude Lévi-Strauss por Eduardo Viveiros de Castro* (2009).